

# Reportagem Especial

INTERDIÇÃO DA VALE

## Alternativas para conter o pó preto

TADEU BIANCONI/AGÊNCIA VALE

Especialistas apontaram 6 soluções para conter o pó de minério decorrente das atividades no Porto de Tubarão

Eliane Proscholdt  
Francine Spinassé

Enquanto corre o prazo de 60 dias determinados pela Justiça para que a Vale adote medidas a fim de conter o pó preto no Porto de Tubarão, em Vitória, especialistas apontaram algumas alternativas do que poderia ser feito para minimizar a poluição.

A engenheira florestal e conselheira do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado (Crea-ES), Simone Coutinho, afirmou que a alternativa para uma redução drástica da emissão de minério é a adoção do domus, mecanismo em que todo o processo é feito por clausuras.

A estocagem, por exemplo, deixa de ficar a céu aberto para ser feita em grandes cúpulas. As correias transportadoras também são fechadas nesse sistema.

“Isso já é usado em siderúrgicas pelo mundo que ficam próximas a grandes centros. Precisa de toda uma mudança na planta industrial, mas apesar do custo é necessária e a única medida capaz de reduzir em até 90% o pó preto.”

A engenheira enfatizou que alternativas como o wind fence (telas de proteção gigantes), já adotadas pela Vale, são paliativas. “O wind fence da Vale tem cerca de 25 metros. Já visitei fábrica na França com estruturas de 60 metros.”



PORTO DE TUBARÃO foi liberado pela Justiça na segunda-feira, após interdição por causa de pó preto: Vale tem 60 dias para adotar medidas de contenção

O professor de Poluição Ambiental da Ufes Luiz Fernando Schettino destacou que para que seja reduzido o pó preto na Grande Vitória é preciso que a empresa adote um plano de ação, com metas e prazos para que tecnologias de contenção sejam implantadas.

“Outro ponto é uma maior transparência. Poderia ser criada uma comissão isenta e voluntária para acompanhar as fiscalizações e implantação das medidas”, sugeriu.

Já a especialista em Direito Am-

biental Renata Soares Piazzon sugere que seja aumentada a fiscalização dos órgãos ambientais para evitar que ocorra o mesmo que foi flagrado pela Polícia Federal na última quinta-feira, ou seja, minério de ferro jogado no mar.

“É necessário adotar novas medidas práticas de contenção para estancar as emissões dessas partículas de pó na atmosfera. Por exemplo, é preciso fazer um monitoramento contínuo da chaminé que libera essas partículas.”

### OPINIÕES



“É preciso maior transparência e um plano de medidas com metas e prazos”

Luiz Fernando Schettino, professor de Poluição Ambiental da Ufes



“Adotar medidas paliativas não resolve. A mudança tem de ser drástica”

Simone Coutinho, engenheira florestal e conselheira do Crea-ES

### AS ALTERNATIVAS

## Sistema permite enclausurar o pó

### 1 Domus

> UMA DAS alternativas apontadas pela engenheira florestal e conselheira do Crea-ES, Simone Coutinho, é o Domus, mecanismo que faz com que tanto os pátios de estocagem de minério, quanto as correias transportadoras sejam todas fechadas.

> O SISTEMA, já utilizado em indústrias no mundo, como a Hyundai Steel, na Coreia do Sul, que enclausura o pó preto dentro de estruturas em forma de cúpulas. Segundo ela, o sistema reduz em até 90% a emissão de partículas.



MORADOR com pó preto nas mãos

### 2 Transparência

> O PROFESSOR de Poluição Ambiental da Ufes Luiz Fernando Schettino sugeriu uma maior transparência nas ações de empresas poluidoras, com a criação de uma comissão composta por moradores, pesquisadores, representantes do Ministério Público e outros órgãos. Essa comissão seria voluntária e isenta e ficaria responsável por acompanhar fiscalizações e a adoção de medidas.

### 3 Plano de ação

> OUTRA MEDIDA PROPOSTA por Schettino é a elaboração, por parte da Vale, de um plano de ação com uma agenda, com metas e prazos, para adotar tecnologias para conter o pó preto até a redução máxima.

### 4 Regras

> AOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS, uma ação que pode ser tomada, segundo Schettino, é a elaboração de regras e condicionantes para que as ativida-

des sejam executadas. Um exemplo é que quando o vento estiver forte, a velocidade para embarcar material seja reduzida.

### 5 Legislação

> A SUGESTÃO pessoal da advogada e doutora em Oceanografia Ambiental, Stella Emery Santana, é criar no Estado uma legislação mais restritiva que a legislação federal.

> ELA CITOU EXEMPLO: “Não se leva em consideração a questão do vento nordeste no Estado. O impacto que isso causa no quantitativo de poluente faz com que a sociedade sinta-se afetada, mesmo com a empresa cumprindo a legislação vigente.”

### 6 Intensificar a fiscalização

> A ESPECIALISTA em Direito Ambiental Renata Soares Piazzon defende que a fiscalização de órgãos ambientais seja intensificada. Ela sugeriu um monitoramento contínuo da chaminé que libera as partículas de pó.



“Precisa monitorar a chaminé que libera partículas de pó na atmosfera”

Renata Soares Piazzon, especialista em Direito Ambiental



“No Estado, deveria ser criada uma legislação estadual mais restritiva que a federal”

Stella Emery Santana, advogada e doutora em Oceanografia Ambiental

## Reportagem Especial

## INTERDIÇÃO DA VALE

## Moradores fazem reclamações ao juiz

Como forma de sensibilizar o Judiciário, moradores da capital enviaram relatos dos problemas causados pelo pó de minério. Mobilização semelhante também está sendo feita nas redes sociais.

Até a última segunda-feira — quando a interdição no Porto de Tubarão, que começou na quinta-feira, foi suspensa —, 76 páginas de e-mails haviam sido anexadas ao processo que corre no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Rio de Janeiro e Espírito Santo).

O órgão informou ontem que apesar da interdição ter sido suspensa até que a Vale apresente medidas de contenção com vistas a estancar ou reduzir ao mínimo as emissões de partículas de pó na atmosfera e os resíduos despejados no mar, o processo ainda será levado para julgamento de mérito na 1ª Turma Especializada do TRF2 pelo desembargador federal André Fontes.

Em um dos e-mails, uma moradora de Vitória, que afirma morar na cidade há 35 anos, relata vários

problemas no pulmão, incluindo enfisema pulmonar, sem nunca ter sido fumante.

“Minha mãe tem 87 anos e devido a uma pneumonia está internada em estado grave no hospital há meses. Vivemos um pesadelo diário com o pó de minério de ferro em nossos apartamentos, que além de prejudicarem nossa saúde física, afeta a todos subjetivamente por estarmos permanentemente incomodados dentro de nossas casas.”

Uma moradora da Ilha do Boi escreveu ao magistrado que, além dos problemas de saúde, quem vive na região arca com os altos custos para limpeza das casas.

“Se não limparmos, não temos como viver em nossas casas e, numa época de escassez de água, o uso excessivo e obrigatório desse recurso é deplorável.”

O delegado federal Decio Ferreira Neto, responsável pelas investigações, disse que quem quiser colaborar também poderá enviar informações ao órgão, que fica na avenida Vale do Rio Doce, nº 1, São Torquato, Vila Velha, CEP 29114-105.

## “Se não cumprir, vamos interditar de novo”

Responsável pelas investigações, o delegado federal Decio Ferreira Neto, disse ontem que, se a Vale não cumprir o que está sendo determinado pela Justiça, o Porto de Tubarão voltará a ser interditado.

“Achei ótima a decisão do Tribunal Regional Federal, até porque não derrubou a decisão da Justiça Federal. Apenas suspendeu a interdição para que medidas sejam tomadas. Se a Vale não cumprir o que foi determinado, vamos interditar o Porto de Tubarão de novo.”

Ele e o perito criminal federal André Bittencourt dos Santos foram à Curva da Jurema e recolheram amostras da areia, na tarde de ontem.

“O processo é longo e vários exames devem ser feitos ao desenrolar do inquérito. A primeira parte, que é constatar o lançamento de material (minério) na areia e no mar, deve ser concluída em 30 dias”, disse Bittencourt.

Diretores da Vale estão sendo intimados a prestar esclarecimentos. A previsão é que eles sejam ouvidos no início de fevereiro.

E o deputado estadual Enivaldo dos Anjos declarou que a Vale deve



DECIO FERREIRA: investigação

ser responsabilizada pelo o que ele chamou de tragédia ambiental. “Lamento a liminar que revogou a decisão do juiz, embora ache que lacrar o porto não era a solução. Deveriam prender os dirigentes”, afirmou.

Ele disse que tem como proposta desapropriar uma área no Porto de Tubarão e instalar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

“Vamos monitorar 24 horas os índices de poluição e informar por meio de um painel eletrônico a ser instalado em Camburi. Sempre que a poluição ultrapassar os níveis tolerados, sirenes serão disparadas.”



TRECHO da Curva da Jurema onde foram colhidas amostras de areia pela Polícia Federal para análise

## PROBLEMAS



LEONARDO DUARTE/AT

## “Sofremos com o pó de minério”

Mesmo morando no bairro Santa Cecília, em Vitória, a pedagoga Aline Dell'Antonio, 27 anos, afirma sofrer com o pó preto.

Aline, que é mãe de Marina Dell'Antonio Pedrosa, de 1 ano e 8 meses, disse que o sofrimento era

maior quando sua filha engatinhava.

“Nessa época limpava a casa de três a quatro vezes por dia, pois ela ficava com os joelhos e as mãos sujos de minério. Agora que ela fica na escola o dia inteiro, limpamos a casa uma vez ao dia. Aqui, apesar de ser

distante do Porto de Tubarão, o pó de minério chega porque venta muito”, afirmou Aline.

Ela contou ainda que sua prima mora em Jardim Camburi, na capital, e também enfrenta problemas por causa do pó preto.



LEONE IGLESIAS - 22/01/2016

## “Tem gente mudando do bairro Jardim Camburi”

Triste com o fim da interdição no Porto de Tubarão, a aposentada Marli Dilze Dias Ferraço, de 73 anos, voltou a falar ontem sobre o drama vivido por moradores de Jardim Camburi, em Vitória, onde mora há mais de 40 anos.

“Tem gente mudando do bairro por conta dessa poluição. Um dos exemplos é de uma família que veio do Rio de Janeiro há cerca de três anos. Eles compraram uma casa e reformaram, mas há dois meses foram embora e colocaram o imóvel à venda. A proprietária, seu filho e até o cachorro ficaram doentes por causa do pó de minério.”

## Vale não pagou multas

Problemas ambientais, como a emissão de poluentes no mar e em lagoas, já rederam à Vale várias multas nos últimos 15 anos por parte de órgãos ambientais da Serra e de Vitória. Mesmo assim, elas não foram pagas ainda pela empresa.

Segundo a Prefeitura da Serra, a Vale sofreu um auto de infração em outubro de 2014, no valor de R\$ 4.602.300.

O motivo foi um vazamento de óleo na lagoa Pau-Brasil, localizada entre os bairros Hélio Ferraz e Manoel Plaza. O valor ainda não foi pago e encontra-se inscrito em dívida ativa e em cobrança judicial, ajuizada pelo município.

O secretário de Meio Ambiente de Vitória, Luiz Emanuel Zouain da Rocha, explicou que 13 multas foram aplicadas em 2001, mas a Vale recorreu e elas estão em tra-

mitação na Justiça.

“Na época, as multas foram por motivos como emissão atmosférica em área sem pavimentação e em solo exposto, lançamentos de poluentes em afluentes e outros”, explicou o secretário.

Ele enfatizou que cada uma das 13 multas tinha o valor de R\$ 29.451,24, previsto na legislação da época. “Avançamos na legislação, majorando o valor. Na última semana, a prefeitura aplicou multas que somam mais de R\$ 34 milhões. Mas a empresa ainda tem prazo para recorrer.”

A reportagem procurou o Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema) durante a tarde de ontem para falar sobre multas aplicadas pelo órgão, mas a assessoria de imprensa não respondeu aos questionamentos.

## O OUTRO LADO

## Empresa recorre

Sobre as multas, a Vale informou ontem que está recorrendo nas instâncias competentes, administrativas ou jurídicas.

A empresa reforçou que vem atuando e investindo continuamente em seus sistemas de controle ambiental e cumprindo rigorosamente a legislação ambiental vigente.

Questionada se poderia adiantar quais medidas estão sendo estudadas para conter a poluição ambiental, como determinou a Justiça, a Vale disse que assim que possível irá se pronunciar.

Quanto às declarações do deputado estadual Enivaldo dos Anjos, que diz que os dirigentes da Vale deveriam ser presos, a empresa não comentou.